

As humanidades: entre a permanência e a finitude ou entre desassossegos e desafios

Humanities: between continuity and finitude or between unrest and challenges

FRANCISCO NOA*

RESUMO: “O QUE SIGNIFICA SER HUMANO NUM TEMPO EM QUE O MENOS IMPORTANTE PARECE SER O PRÓPRIO HOMEM?”. PARTINDO DESTE QUESTIONAMENTO, O TEXTO PERCORRE OS CAMINHOS QUE CONDUZEM À CRISE DE PRESTÍGIO QUE PERCORRE AS CIÊNCIAS HUMANAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO. COMO LUGAR DE COEXISTÊNCIA DO MUNDO E DO POSSÍVEL, A LITERATURA ABRE HOJE, COMO NO PASSADO, OS ESPAÇOS DE LIBERDADE E CRIATIVIDADE, NOS QUAIS A HUMANIDADE SE PODE REENCONTRAR E QUE URGE SEREM CULTIVADOS.

ABSTRACT: “WHAT IS THE MEANING OF BEING HUMAN IN AN ERA WHERE THE LESS IMPORTANT IS MANKIND”? FROM THIS QUESTION, THE TEXT FLOWS THROUGH THE ARGUMENTS THAT EXPLAIN THE CRISIS OF HUMAN SCIENCES PRESTIGE IN CONTEMPORARY WORLD. LITERATURE, IN WHICH THE REAL WORLD AND THE POSSIBLE WORLD COEXIST, OPENS SPACE FOR FREEDOM AND CREATIVITY WHERE MANKIND CAN MEET WITH ITSELF. IT IS VITAL THAT THESE SPACES ARE PROPERLY CULTIVATED.

PALAVRAS-CHAVE: FILOSOFIA, CIÊNCIAS SOCIAIS, CRISE MUNDIAL, HUMANISMO, LITERATURA.
KEYWORDS: PHILOSOPHY, SOCIAL SCIENCES, WORLD CRISIS, HUMANISM, LITERATURE.

* Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Província de Maputo, Moçambique. E-mail: francnoa@hotmail.com.

“*Essa voz trespassou a atmosfera conformista da cidade
e revolucionou-a
arrastou-a como um ciclone de conhecimento.*”
Noémia de Sousa, Sangue Negro

I – Introdução

Falar do futuro das ciências sociais e das humanidades, mas muito em particular destas últimas, implica necessariamente repensar a sua trajetória atribulada. Isto é, o seu florescimento e o seu apogeu, com a designação de Artes Liberais, tanto na Antiguidade Clássica, primeiro, como na Idade Média e no Renascimento, depois. Vistas como não tendo qualquer objectivo utilitário, material ou profissional, essas artes visavam, contudo, a elevação do espírito humano e concorriam para a formação do pensamento livre. Destaque especial deve ser dado às artes da linguagem, o Trivium (Lógica, Gramática e Retórica), que faziam parte do sistema do ensino medieval. O seu declínio acaba, inevitavelmente, por estar associado ao triunfo do racionalismo científico e tecnológico que se foi impondo entre os séculos XV e XIX.

Difícilmente se pode pôr em causa o impressionante saldo científico e tecnológico que o mundo conheceu nos últimos quinhentos anos. Foram desvendados praticamente todos os campos de conhecimento, através dos objectos mais prováveis (o universo, o corpo humano, as plantas, os animais, os oceanos, terras, as doenças) aos mais improváveis (o átomo, a molécula, a célula) além das múltiplas tecnologias inerentes a quase todas as áreas de actividade. O pensamento científico instituiu-se como uma espécie de teologia da Razão, do Conhecimento e da Verdade. Esta, assumida triunfalmente como absoluta, universal e imutável.

Em relação ao conhecimento do homem, de si próprio, portanto, a questão que emerge é: em que medida este conhecimento acompanhou a trajetória afirmativa dos outros domínios de conhecimento (ciências naturais, exactas, biomédicas, engenharias, etc)?

O século XIX acabaria por alimentar a utopia e a presunção, através das ciências sociais e do pensamento positivista então reinante, de que finalmente se havia dobrado o “cabo das tormentas” no que ao conhecimento da con-

dição humana dizia respeito. A grande contradição em que caíram as ciências sociais, e de que se ressentem até hoje, é que tentaram manter a especificidade do seu próprio objecto – o homem na sua dimensão social - tentando distanciar-se das ciências naturais, mas ficando obrigadas, para a sua própria legitimação, a estarem coladas aos fundamentos e métodos dessas mesmas ciências.

A busca da objectividade científica traiu-as na compreensão dos objectos que perseguiram. Daí as oscilações que muitas vezes elas próprias protagonizaram: serem ou não serem ciências? Possivelmente, o sinal que hoje assistimos, deste estender de mão às humanidades, poderá significar a percepção de que, afinal, o objecto que se pretende compreender e explicar encerra complexidades que implicam protocolos de análise que estão muito além de objectivações estatísticas e generalizações assertivas.

Afinal, o que distingue as ciências sociais das humanidades? Qual o suporte metodológico e epistemológico que separa estas áreas de conhecimento pretensamente distintas? O ascendente da racionalidade técnica e tecnológica foi ditando um entendimento das sociedades e do seu destino, em que o factor humano, apesar de toda uma retórica apologética a seu favor, foi deixando de fazer sentido.

A crescente e acentuada transformação ou desaparecimento de cursos e departamentos ligados às humanidades, que vão ocorrendo um pouco por esse mundo fora, é, seguramente, um dos sintomas do empobrecimento da condição humana ou de tudo que lhe diz respeito. Isso, em contraponto à galopante afirmação de lógicas mercadológicas, sob o princípio do lucro, de uma ideia restrita e restritiva, quando não esquizofrénica, de empregabilidade, dos resultados, da utilidade, do imediatismo. Como muito bem constata o filósofo italiano Gianni Vattimo (2002, p. 23), assistimos, hoje, ao “crepúsculo da humanidade”.

E a questão que se impõe é: fazem, hoje, algum sentido as humanidades, nesta desenfreada contemporaneidade (pós-positivista, pós-moderna, de suspeitas, desorientação, desencanto, distopia e de todos os eclectismos)? Exactamente acusadas de não possuírem todos os quesitos que caracterizam outros domínios de conhecimento e as exigências feitas pelo mercado de trabalho, como podem elas reinventar-se e afirmar-se, no conceito, na finalidade, no método e no papel que devem desempenhar dentro e fora das universidades?

Tendo em conta que, em grande medida, as humanidades se transformaram, como aponta Mario Vargas Llosa (2011), em formas secundárias de entretenimento, qual, afinal, e usando o jargão da moda, o valor acrescentado que elas oferecem? Qual a sua relevância epistemológica e social?

Objecto de desvalorização, desqualificação e preconceito diante da tradição científica e consideradas como obstáculo ao conhecimento científico, objectivo e verdadeiro, as humanidades encontrarão, a partir de determinado momento, um novo alento para a sua permanência e revitalização, quer enquanto criação quer enquanto reflexão. Esse impulso virá tanto das filosofias da suspeita e da desconfiança em relação ao racionalismo e ao positivismo, que, entretanto, foram ganhando corpo ao longo do século XIX, como da emergência de novas teorias (da relatividade, probabilísticas), que foram abrindo, no século seguinte, novos critérios de cientificidade e que fazem das incertezas e das probabilidades seus elementos constitutivos.

Por outro lado, a progressiva autonomização de sociedades consideradas marginais, em África e na América Latina, com a demonstração de outras lógicas e outras racionalidades, colocaram novos desafios na compreensão da diversidade humana.

II – Importância das humanidades

Em meados do século XX, muito também devido aos efeitos devastadores da 2ª Guerra Mundial, vêm à luz obras como *A Situação Espiritual do nosso Tempo* (1931, de Karl Jaspers, *Carta sobre o Humanismo* (1949), de Martin Heidegger, *O Existencialismo é um Humanismo* (1946), de Jean-Paul Sartre ou *A Última Oportunidade do Homem* (1951) de Bertrand Russell que traduzem, de forma aguda, não só os sintomas de um tempo, mas a profunda preocupação em relação à condição e aos destinos da humanidade.

Martin Heidegger, ao defender, por exemplo, que a crise das humanidades era uma crise da metafísica, e Hans-Georg Gadamer, com a ênfase na teoria da interpretação, acabam por dar um contributo decisivo para o que podemos apelidar de “regresso das humanidades”. O último, em especial, em *Verdade e Método*, afirma, a dado passo, que o que dá direcção à vontade humana não é a universalidade abstracta da razão, mas a universalidade concreta represen-

tada pela comunidade de um grupo, de um povo, de uma nação ou de uma totalidade da espécie humana (1999, p. 19). Um contributo importante virá, também, de Jacques Derrida (*Da gramatologia*, 1967; *Escritura e diferença*, 1967) ao questionar o centralismo do pensamento ocidental e ao fundamentar o pós-estruturalismo.

Mais do que nunca, e inspirando-nos nos exemplos acima, repensar as humanidades não se pode instituir numa lamúria interminável e de autoflagelação ou, muito menos, num arremedo fechado e quixotesco. Tem que ser, sim, um exercício inclusivo, pluridisciplinar, pragmático, realista e desapaixonado, de modo a poder vencer o preconceito em relação a essas mesmas disciplinas que têm o humano como objecto e que foram olhadas, durante largo tempo, como um luxo epistemológico, saber enciclopédico, rançoso, pedante, anacrónico e inútil.

E o desafio que se coloca é o de as próprias humanidades, ao se revitalizarem, redimensionarem o seu sentido de utilidade e de fundamentarem que a subjectividade é uma condição existencial e reflexiva essencial e que a sua produtividade decorre de critérios que transcendem a materialidade, a quantificação e o simples imediatismo.

Isto é, só investindo ainda mais naquilo que tem concorrido para o seu descrédito (caso da ambiguidade, subjectividade, campo interminável de interpretação), as humanidades podem afirmar a sua utilidade e especificidade que passa por libertar a imaginação e a sensibilidade, por situar e aumentar a nossa autoconsciência e a consciência que temos da condição humana em geral, por realizar toda uma efabulação à volta de uma “dimensão espiritual” tão necessária para a identidade e a sobrevivência dos seres humanos e, finalmente, por ensinar-nos a pensar o mundo, o destino dos homens. E a ponderar o humano como o inapreensível, como diria Leibniz.

Pensar o mundo é, sobretudo, saber ler a nossa relação com o mundo e conosco próprios, é buscar sentido num mundo onde a irracionalidade, a incerteza, o desespero, a dor, a solidão, o cepticismo, o pessimismo, a perplexidade e a morte campeiam.

Se temos que reinventar as humanidades, mesmo que sob a forma de um novo humanismo, este não deve estar amarrado a modelos passadistas e esclerosados, a mecanismos mais ou menos sofisticados de subjugação, ou a novas formas de evangelização ideológica e cultural e de pedantismo intelectual.

Algumas formas mais perversas e aniquiladoras de dominação, e que vamos presenciando um pouco por todo o lado, são as do atropelo e da negação da inteligência humana, do embrutecimento intelectual e da subversão da sensibilidade. Aqui, pontificam aqueles que são hoje os discursos verdadeiramente dominantes: o político, o económico e, em grande medida, o que prevalece na comunicação social, muitas vezes assente na promoção da futilidade e do exibicionismo gratuito da ignorância, da violência e da indignação. O descaso com as humanidades coincide, afinal, com a recusa e desqualificação de toda a metafísica.

Nunca, como agora as humanidades, se viram confrontadas com o desafio inadiável de, conceptual e metodologicamente, encontrarem um ponto de equilíbrio e de eficácia entre tradição e inovação, particular e geral, semelhante e diferente, identidade e alteridade. Isto é, num mundo da multiplicação ilimitada e vertiginosa dos objectos e dos seres, mas sobretudo das palavras, o recurso à sabedoria é cada vez mais essencial. E, neste particular, o conhecimento humanístico joga um papel crucial, enquanto caução para o reconhecimento e legitimação da diversidade humana.

Daí que seja também necessário repensar nas metodologias de pesquisa nas humanidades, de modo a deixarem de ser uma prática solitária, fechada, narcisista e contemplativa. Assiste-se hoje, como em nenhum outro momento da história da humanidade, a movimentos migratórios de pessoas, ideias e bens a uma dimensão verdadeiramente planetária e que vão configurando ou reconfigurando, de forma acelerada, a nossa geografia humana, ou aquilo a que Arjun Appadurai (2004) designa de “etnopaisagens”. Aqui, a imaginação, enquanto prática social e característica constituinte da subjectividade moderna, dos sentimentos de identidade, assume um papel fundamental.

Por outro lado, adentro da lógica dos processos de negação do homem pelo próprio homem, não surpreende que, no contexto do crime organizado, por exemplo, o tráfico de seres humanos, ou dos seus principais órgãos, vá ganhando proporções de contornos incalculáveis. Diariamente, vemos confrontados com notícias, absolutamente aterradoras e chocantes, para quem ainda fica chocado, que nos vão dando conta de um circuito comercial, macabro e implacável, disseminado um pouco pelo mundo inteiro e do qual Moçambique vai também participando e que deixa a nu a degradação e o retrocesso da condição humana.

É assim que, para um melhor entendimento da natureza e da função das humanidades, é preciso perceber que os critérios de cientificidade devem estar além do imediatamente verificável, do quantificável, do axiomático, do lógico, da certeza epistemológica, de modo a poderem acomodar a essência das humanidades: o que significa, afinal, ser humano? Melhor, o que significa ser humano num tempo onde o menos importante parece ser o próprio homem?

A condição das humanidades é que elas mais do que assegurarem respostas fechadas e conclusivas, oferecem-nos pistas e sugestões que nos ajudam a libertarmos a nossa capacidade de interpretação e de compreensão dos fenômenos. E é, pois, no jogo das interpretações onde se insinuam as verdades, ou as possibilidades de verdade, que as diferentes realidades nos propõem. E disciplinas humanísticas como sejam a antropologia, a filosofia, a história, ou a linguística, mais não fazem do que reafirmar as múltiplas e variadas possibilidades de acedermos a outros ângulos que nos permitem perceber e explicar a realidade.

Mas serão, precisamente as artes, a literatura, em particular, onde superiormente se realizam, pensamos nós, os desígnios das humanidades em relação ao círculo hermenêutico, isto é, interpretativo, e à fusão de horizontes. Por outro lado, elas também significam o espaço, por excelência, onde a representação da condição e da existência humanas quase se aproxima da plenitude.

III – O lugar e o papel da literatura

Um exemplo sobre o crescente papel e importância que o alargamento e aprofundamento do conhecimento sobre a natureza humana, nas suas múltiplas e complexas manifestações, pode ser encontrado em algumas significativas experiências universitárias que se verificam em países como os Estados Unidos ou o Brasil. Tanto num como noutro país, algumas faculdades de Medicina conceituadas decidiram incluir na sua grelha curricular, e com carácter obrigatório, o ensino de clássicos da literatura mundial. Ou, então, no caso de proeminentes universidades americanas que colocam, igualmente, como cadeiras curriculares, em cursos de engenharia, a filosofia ou os estudos culturais. Julgo que não é muito difícil descortinar as razões que estão por detrás destas opções.

Dentro das humanidades, a literatura ocupa seguramente o lugar ao mesmo tempo mais emblemático, mas também problemático, pois é aí onde mais se afirmam como elementos estruturantes e incontornáveis, além da ambiguidade e da imaginação, as incertezas, os conflitos, a pluralidade, a diversidade existencial, a não-convencionalidade.

O que faz da literatura o maior depósito de conhecimento é o facto de nela estarem representados não só o conhecimento que existe, mas também o que poderia existir. É por isso que a literatura pode ser considerada a “omnipotência da possibilidade”, nas palavras de Soren Kierkegaard, ou “essa iminência de uma revelação que não se produz”, segundo o escritor argentino Jorge Luis Borges.

A literatura, nos seus diferentes géneros e formas recorre a, pelo menos, dois poderosos ingredientes para se instituir como espaço, por excelência, da representação do homem e de tudo o que lhe diz respeito: a linguagem e a imaginação. Se a linguagem, independentemente dos efeitos estéticos de que possa estar investida, interliga a literatura com o mundo, a imaginação, por seu lado, amplifica, muitas vezes de forma desmesurada e desconcertante, esse mesmo mundo, que é sempre um mundo possível, tornando-o mais apelativo, mais fantasioso, mas, ao mesmo tempo, mais real. Muitas vezes, dolorosamente real.

É o que de certo modo, nos sugere Lewis Nkosi, escritor e crítico sul-africano, para quem um poeta, ou um escritor, deve incorporar os pensamentos e as emoções silenciadas do seu próprio povo. Numa confissão revelada por Phakama Mbonambi (2011), Nkosi, tendo em conta o seu próprio percurso e de muitos negros na era do Apartheid, concebe a existência de dois tipos de realidade: um, que tem a ver com os dias terríveis vividos então, e o outro, segundo ele, muito mais poderoso, que tinha a ver com o mundo dos livros que lia e que funcionava como uma forma de escape, um escudo contra a vida da depravação social por ele vivida.

É, pois esta capacidade representacional incomensurável que permitiu que a literatura - enquanto arte e encenação desconcertante da linguagem, de pensamentos, emoções, utopias, incertezas, aspirações, particularismos existenciais e do inconformismo individual e colectivo -, se instituisse como um dos instrumentos mais portentosos de afirmação dos que, na cartografia dos imaginários, não tinham voz ou dos que procuravam pôr em causa todas as

formas de hegemonia cultural, ética e ou civilizacional. Neste particular, jogam um papel fundamental as literaturas africanas que, fruto de uma imaginação inquieta e celebrativa, não só concorreram para alargar, problematizar e enriquecer a própria ideia de humanidade, mas também da própria literatura.

Sem perder de vista o dominante sentido misto de literatura e compromisso com o humano que atravessa assinalavelmente as literaturas africanas, Chinua Achebe assume que *“it began to dawn me that although fiction was undoubtedly fictitious it could also be true or false, not with the truth or falsehood of a news item but to its disinterestedness, its intention, its integrity”*, e entende que existem três razões para se ser escritor: a primeira é que há, em cada um de nós, uma poderosa urgência em contar uma história; a segunda é que há pressões de uma história à espera de sair e a terceira é que há um projecto digno de um esforço considerável que se terá de suportar para transformá-lo em fruição. (ACHEBE, 2000, p. 33-34)

Pode, então, a literatura ser conhecimento? E que tipo de conhecimento? A literatura tem que necessariamente produzir um conhecimento proposicional, formal? Em contraponto a este tipo de conhecimento, entendemos que é enquanto conhecimento suposicional que as artes, em geral, e a literatura, em particular, manifestam a sua singularidade.

Reinvenção permanente de mitos, a literatura permite-nos ter uma imagem do ser humano no que ele tem de mais arquetípico, essencial e perene, mas também ao mesmo tempo no que ele enuncia de si próprio enquanto ser histórico e contingente.

No poema “Winds of Change”, o poeta Rui Knopfli pinta-nos um quadro social inerente a Moçambique no contexto colonial, em plena década de 60, quando se agudizavam as tensões entre, pelo menos, duas ordens existenciais, através de sugestões e premonições que concedem maior densidade dramática e relevância aos próprios factos:

Ninguém se apercebe de nada.
 Brilha um sol violento como a loucura
 e estalam gargalhadas na brancura
 violeta do passeio.
 É África garrida dos postais,
 o fato de linho, o calor obsidiante

e a cerveja bem gelada. [...]
Passam. Passam
e tornam a passar.
Ninguém se apercebe de nada.

A ideia da literatura como espaço de conhecimento específico, haja em vista o homem, os condicionalismos históricos e as relações daí decorrentes, está também profundamente presente em José Craveirinha. No poema “Fábula”, por exemplo, vemos metaforizada a problematicidade da condição humana vincando-a no que ela tem de mais sórdido e desconcertante sem que a verificação e a testabilidade se tornem impositivos para a legitimidade do texto e do que ela faz significar, bem como dos saberes aí dramatizados:

Menino gordo comprou um balão
e assoprou
assoprou com força o balão amarelo.

Menino gordo assoprou
assoprou
assoprou
o balão inchou
inchou
e rebentou!

Meninos magros apanharam os restos
e fizeram balõezinhos.

E aqui a literatura cumpre-se como representação que se faz conhecimento e nos catapulta para outra ordem de conhecimentos que se esteiam na coerência e consistência argumentativas das nossas interpretações, na conjugação entre a história e as teorias literárias, na nossa própria experiência como leitores, factos que não dispensam a nossa condição de sujeitos inseridos num determinado círculo existencial e imaginativo.

Mantém-se, pois, válida e instrutiva a asserção aristotélica de a profundidade da literatura decorrer do facto de ela se ocupar não só do que aconteceu,

mas do que poderia ter acontecido. Por isso, assumimo-la como “metáfora epistemológica”, no dizer de Umberto Eco, onde se tecem conjuntamente os diferentes saberes e os diferentes códigos, numa visão plural e multifacetada do mundo.

E é esta diversidade e pluralidade que encontra, por exemplo, nos estudos literários comparados um campo privilegiado de afirmação. Aqui, procuramos o que nos une, na experiência contrastiva de textos de outros tempos e de outras latitudes. Na comparação, rastreamos, afinal, o mapa multicultural da humanidade.

Tratando-se de um conhecimento tácito, subjectivo, implícito, não formal, latente e potencial, a literatura responde com maior propriedade e eficácia às inquietações e solicitações do nosso tempo, indo além do conhecimento considerado exacto ou objectivo, normalmente explícito, intencionado, formal e manifesto.

Por outro lado, é na sua função transformadora onde reside uma das maiores virtualidades do fenómeno literário. Se a criação é, em si, transformação, a interpretação é um acontecimento que nos transforma e que fundindo horizontes, a do autor e do leitor, alarga, de forma ilimitada, a nossa compreensão do mundo e de nós próprios.

Associada ao lazer, entretenimento, prazer, evasão da realidade, a literatura surge invariavelmente debaixo de um feroz preconceito em relação à sua seriedade e utilidade, o que a coloca invariavelmente numa situação de grande precariedade epistemológica. A sua utilidade reside precisamente na sua pretenza inutilidade.

Conclusão

Termino, tentando responder a uma inquietação manifestada, numa recente entrevista concedida, por um renomado sociólogo do nosso tempo, que dizia: “É muito difícil dizer a um estudante que um poema pode ajudar à sua empregabilidade”.

E eu responderia: não existe uma relação directa, lógica e de implicação entre conhecimento da cultura, da arte e da literatura, por um lado, e sucesso profissional, por outro. O poema pode não ajudar na empregabilidade, mas

há-de predispor o estudante a ser mais criativo, sensível, largo de espírito, a saber relativizar o mundo e sobretudo irá ensiná-lo a pensar. E o que mundo hoje menos precisa, não é o exército de autómatos que alimentam o mercado de trabalho e a sociedade, em geral, mas de seres pensantes, críticos, criativos e livres. E, se possível, cultos. A imaginação é indiscutivelmente uma das maiores ferramentas para sobreviver e vencer no mundo contemporâneo. E a cultura, a arte, a literatura, em particular, um dos caminhos privilegiados para chegarmos a ela e nos reinventarmos.

Referências Bibliográficas

- ACHEBE, Chinua. *Home and exile*. Oxford: University Press, 2000.
- APPADURAI, Arjun. *Dimensões culturais da globalização*. Lisboa: Teorema, 2004.
- CRAVEIRINHA, José. *Karingana na karingana*. Maputo: INLD, 1982.
- ECO, Umberto. *Obra aberta*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e hermenêutica*. 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- KNOPFLI, Rui. *Memória consentida*. 20 anos de poesia 1959/1979. Lisboa: IN-CM, 1982.
- LLOSA, Mario Vargas. La civilización del espectáculo. Babelia, *El País*, 22 de Janeiro de 2011.
- MBONAMBI, Phakama. The beautiful mind of Lewis Nkosi. Wordsetc, *South African Literary Journal*, First Quarter, 2011, p. 24-31.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade*. Niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- VERDE, Filipe. *Explicação e hermenêutica*. Coimbra: Angelus Novus, 2009.

Recebido em 24 de março de 2012 e aprovado em 28 de junho de 2012.